

**ST10. EPISTEMOLOGIA, HISTORIOGRAFIA & LINGUAGENS****PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES (AS) E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL FIRMO SANTINO DA SILVA – ALAGOA GRANDE/PARAÍBA**

*Cilene de Sousa Agostinho (UEPB/CH/Campus de Guarabira)<sup>1</sup>*  
*Waldeci Ferreira Chagas<sup>2</sup>*

**Resumo:** Neste trabalho discutimos os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e como eles vêm sendo utilizados nas escolas da educação básica. Para tanto, recorreremos aos estudos de vários pesquisadores (as) de modo que possamos compará-los com os resultados da nossa pesquisa. Na realização da pesquisa seguimos as seguintes etapas: primeiramente separamos o material a ser lido, analisado e realizamos o estudo dos mesmos para que assim construíssemos a base teórica e o aprofundamento do tema trabalhado. Os materiais analisados são de professores (as) que discutem as viabilidades da inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas salas de aulas frente à aprovação da Lei 10.639/003, estudiosos como Gomes e Jesus (2013). Estes analisaram tal temática por meio de uma pesquisa realizada em núcleos que trabalham a educação étnico-racial e em escolas e secretarias de educação. Outros estudiosos como Santana (2006) analisou a prática de cursos preparatórios para jovens carentes onde eles passaram a conhecer e lidar com a temática étnico-racial no cotidiano, Luz (2006), Mello (2002), Candau e Anhorn (2000), Conceição (2006) e Lopes (2006) nos mostram pesquisas e bases teóricas próprias formuladas a partir de experiências próprias, além da análise de bibliografias estudadas e conceituações de outras bases.

**Palavras-chave:** Lei 10.639//03. Ensino. Escola Firmino Santino.

Neste trabalho discutimos os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana e como eles vêm sendo utilizados nas escolas da educação básica. Para tanto, recorreremos aos estudos de vários pesquisadores (as) de modo que possamos compará-los com os resultados da nossa pesquisa. Na realização da pesquisa seguimos as seguintes etapas: primeiramente separamos o material a ser lido, analisado e realizamos

<sup>1</sup> Graduando no curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/Campus Guarabira. Bolsista de Iniciação Científica. PIBIC/CNPq.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História/UEPB – Campus Guarabira. Orientador do Projeto: Práticas de professores(as) na Perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais em Escolas de Educação Básica. Paraíba: 2003/2013, financiado pelo CNPq.

o estudo dos mesmos para que assim construíssemos a base teórica e o aprofundamento do tema trabalhado. Os materiais analisados são de professores (as) que discutem as viabilidades da inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas salas de aulas frente à aprovação da Lei 10.639/003, estudiosos como Gomes e Jesus (2013). Estes pesquisadores analisaram tal temática por meio de uma pesquisa realizada em núcleos que trabalham a educação étnico-racial e em escolas e secretarias de educação nas diversas regiões do Brasil. Outros estudiosos como Santana (2006) analisou a prática de cursos preparatórios para vestibular destinados a jovens carentes onde eles passaram a conhecer e lidar com a temática étnico-racial no cotidiano, Luz (2006), Mello (2002), Candau e Anhorn (2000), Conceição (2006) e Lopes (2006) nos mostram pesquisas e bases teóricas próprias formuladas a partir de experiências desenvolvidas por professores (as) em sala de aula. Portanto, analisamos algumas produções bibliográficas recentes e nos apropriamos das conceituações formuladas, as quais foram relevantes ao desenvolvimento da nossa pesquisa, visto a temática se aproximar.

Após a aprovação da Lei 10.639/003 que consiste na inclusão do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares e nas práticas dos docentes as discussões sobre a temática étnico-racial aumentaram e indicam resultados sobre a inclusão de tal conteúdo. Entre as discussões são pertinentes às formas de como tais conteúdos estão sendo efetivados e a situação em que se encontram, sendo essas variantes analisadas a partir das práticas de professores(as), ações desenvolvidas nas escolas, interesses dos (as) professores (as), contextos, etc., e assim são apontados os aspectos positivos e negativos. Por isso, analisamos no decorrer da pesquisa trabalhos realizados por vários pesquisadores para assim podermos perceber as possíveis diferenças de atuações e como estes tomaram medidas e puderam influenciar nos locais onde atuaram contribuindo para a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos conteúdos demandados pela lei 10.639/003.

No início do projeto selecionamos o material bibliográfico para a análise e estudo do conteúdo abordado na temática principal. Após as leituras foram realizadas reuniões para as discussões do material estudado, o que possibilitou uma melhor compreensão e exposição das questões apontadas, além da elaboração de outras questões, sobretudo, com base no que já havia sido estudado até o momento.

Escolhemos a Escola Municipal Firmo Santino da Silva por esta ser uma escola quilombola, pois está localizada na comunidade remanescente quilombola Caiana dos Crioulos na cidade de Alagoa Grande, Paraíba. Outra questão que justifica a escolha dessa escola é o fato de os (as) professores (as) da rede pública municipal dessa cidade terem feito um curso de formação continuada sobre a temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos anos de 2010, 2011 e 2012 e os (as) professores (as) da Escola Firmo Santino fizeram tal formação. Neste sentido, o nosso principal objetivo neste trabalho é discutir os resultados da pesquisa, ou seja, analisamos se os conteúdos da formação realizada estão sendo postos em prática no currículo escolar. Todavia distribuimos o questionário a dez professores (as), e apenas dois professores (as) devolveram respondidos. Os demais alegaram não ter tempo, não ter compreendido as questões, ou de que na época não estavam na rede de ensino municipal da cidade e não fizeram o curso, o que é possível, sobretudo, porque a escola mudou de gestão, assim

como o município e a rotatividade de professor (a) é uma constante, sobretudo, porque desde a época do curso de formação continuada nessa escola havia um contingente de professor (a) prestador de serviço, e embora tenha feito o curso não se encontra na escola.

Portanto, de início identificamos dois problemas no processo de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, que é comum aos trabalhos que analisamos: quais são? A transposição do que fora visto nas formações para o cotidiano da sala de aula e a rotatividade de professores (as) nas escolas, o que faz com que o trabalho construído nem sempre tenha continuidade.

De certa forma o diálogo que estabelecemos com os pesquisadores (as), cujos trabalhos lemos nos possibilitaram melhor compreender a realidade identificada na escola que escolhemos como ponto de análise, visto que cada autor aqui estudado analisa os conteúdos por uma perspectiva diferente, todavia, encontram caminhos que dialogam entre si e neles são identificados os impedimentos no avanço da efetivação da lei 10.639/003.

A partir das questões e discussões formuladas pelos (as) diversos pesquisadores (as) analisamos a realidade do fazer dos (as) professores (as) da Escola Firmo Santino da Silva com relação à implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo dessa escola.

Os questionários foram entregues a dez professores (as) e apenas dois devolveram respondidos, todavia, fazemos algumas incursões sobre as práticas pedagógicas com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nessa escola, o que é resultado não só da análise dos questionários respondidos, mas dos contatos que tivemos com os (as) professores (as) na escola. Na ocasião apresentamos a pesquisa, e os orientamos a responder o questionário.

Durante a entrega do questionário na escola observamos algumas questões que coincidem com alguns pontos identificados e apontados pelos (as) pesquisadores (as) cujos trabalhos analisamos. Uma questão comum é o fato de existir professores (as) que conhecem sobre a Lei 10.639/003 e que inclusive participaram do curso de formação realizado no ano de 2010. Eles (as) se comportaram como se estivessem ainda se preparando para aplicar na sala de aula um material mais bem elaborado aos alunos em relação à história e cultura afro-brasileira e africana, mas ainda não trabalham com esses conteúdos em sala de aula, de modo efetivo, sobretudo, com relação à religiosidade. Outros professores (as) relataram não conhecer o PPP da escola e que não sabiam da recorrência das práticas educativas étnico-raciais, ou seja, não as aplicam em sala de aula. Outros professores (as) analisaram o questionário e não quiseram respondê-lo, provavelmente porque também não aplicam tais conteúdos na sua prática. Um professor (a) agiu com indiferença e não mostrou o mínimo de interesse durante a realização da pesquisa, todavia, disse ter participado do curso de formação em História e Cultura Afro-brasileira e Africana realizado no ano de 2010 e um outro analisou o questionário e disse que poderia responder sim algumas das questões mas não chegaria a completá-lo porque estava ali apenas por um período pois estava cobrindo a licença de um colega docente e por isso, optou por não responder o questionário.

Desta feita durante a realização da pesquisa encontramos pontos que se confundem com o que afirmou Candau e Anhorn (2000) quando na sua pesquisa afirmam que a educação étnico-racial não é levada à frente por diversos motivos e que esse é um dos fatores porque não obtêm-se um bom resultado na efetivação da prática étnico-racial curricular. Esta questão também está no estudo de Mello (2002) quando este pesquisador ao se dirigir à capoeira diz que além de praticar é preciso conhecer e nesse caso se refere a atitude dos (as) professores (as) na escola. Segundo esse pesquisador se tem o conhecimento, mas este não é praticado na sala de aula, pelo menos da maneira que realmente deveria ser, ou seja, cotidianamente.

A escola onde distribuímos dez questionários está localizada na zona rural do município de Alagoa Grande e é cadastrada e reconhecida pelo MEC como sendo uma escola quilombola, visto que está numa comunidade quilombola. Portanto, identificamos na escola alguns símbolos que remontam a ideia de valorização da cultura afro-brasileira, a partir do local e que remetem, sobretudo, às origens da comunidade. No pátio da escola encontram-se banners que recorrem à história da resistência quilombola. Nos banners o destaque é para Zumbi dos Palmares, assim como seu predecessor, a exemplo do Senhor Firmo Santino, um dos fundadores da comunidade, homenageado e imortalizado no nome da escola. Encontram-se também nos banners amostras do apoio à igualdade racial na educação e a inclusão nas diferenças.

No ambiente escolar são realizadas festividades organizadas pela comunidade e predominantemente da cultura local, como as apresentações do grupo de coco de roda, capoeira, cirandas, etc., costumes esses que vem sendo passados por várias gerações, de pai para filho num esforço de vivenciar e manter suas culturas. Essas manifestações são ressaltadas no ambiente escolar, local que possui uma maior aglomeração de sujeitos e grupos que compõem a comunidade.

Observamos que no interior da escola (na sala dos (as) professores (as)) elementos que rebuscam a África, a exemplo de quadros e pinturas da via sacra com personagens negros em ambientes que remetem os ares africanos, o que sintetiza a presença das premissas africanas/quilombolas, ou seja, suas origens, mas numa releitura cristã e católica.

Na biblioteca encontramos obras/livros com histórias cujos conteúdos se reportam a África, africana, um indicativo de que há material didático e de que possivelmente são utilizados pelos (as) professores (as) nas suas práticas em sala de aula. A existência do material didático pertinente a história e cultura afro-brasileira e africana na escola é importante, porque possibilita ao (a) professor (a) refazer suas práticas, de modo que o fazer da escola com a história e cultura afro-brasileira e africana reforce no aluno o aprendizado para que permaneçam os costumes e valores da comunidade. Essa questão é discutida por Lopes (2006) quando na sua pesquisa discute sobre a participação comunitária no fazer pedagógico da escola e por Conceição (2006) quando relata a importância do ambiente escolar como um todo para a inclusão e para a convivência igualitária.

Na análise do único questionário entregue respondido, encontramos como respostas, abordagens que se situam no que os pesquisadores estudados referem-se. Um dentre os (as) professores (as) da escola disse que ensina história, área em que também é

formado, e é pós-graduado em Ciências das Religiões. Ele ainda respondeu que fez o curso de formação continuada: Cidadania e Identidade Negras nas Escolas, ofertado pela UEPB, Campus de Guarabira em 2010. É professor atuante no ensino fundamental I. Este respondeu que durante a formação continuada foi trabalhada a Lei 10.639/003 e que esta contribuiu bastante para o seu aprendizado e o auxiliou na aplicabilidade da temática em suas aulas, inclusive no tratamento com a história e cultura afro-brasileira e africana na parte de ensino religioso, um conteúdo que entre alguns professores (as) e alunos (as) possui uma carga negativa. Mesmo assim busca trabalhá-lo, faz isso, independentemente das datas comemorativas e procura abordar os conteúdos sem distinções e de forma contínua como qualquer outra temática, sempre na perspectiva de desconstruir a visão estereotipada comum nos livros didáticos, portanto, não trabalha os conteúdos sobre religião do modo como os livros costumam relatar, ou seja, dar uma nova construção com relação à história, cultura, religiosidade, etc., busca nessa construção apontar o devido valor que a história e cultura afro-brasileira e africana possui para os (as) brasileiros (as). Encontramos no fazer desse professor o que sugerem os pesquisadores Gomes e Jesus (2013) quando apostam nas políticas de aplicação da Lei 10.639/03. Estes pesquisadores (as) afirmam que é preciso que professores (as) sejam instigados a construção de novas práticas para o conhecimento, para tanto, se faz necessário democratizar gestões e favorecer as inter-relações, e assim modificar imaginários racistas e estereótipos pregados pela sociedade. É preciso trazer o real conhecimento das raízes nacionais e ensinar o respeito e o conhecimento para com o próximo.

As questões apontadas pelo professor da Escola Firmo Santino também se assemelham as formulações de Candau e Anhorn (2000) quando estes pesquisadores (as) nos expõem que a busca pela relação multicultural é uma necessidade social de reconhecimento da composição desse tecido e que com o conhecimento desse contexto passa a se ampliar com a comprovação da identidade social negra da qual nós brasileiros pertencemos.

O professor ainda continuou a dizer em resposta ao questionário que a Lei 10.639/003 deveria colocar a disciplina História da África e Cultura Afro-brasileira e Africana, mas enquanto isso não acontece nada impede a aplicação da temática afro-brasileira e africana na sala de aula, basta o professor querer aplicar visto que esse ensino já é aprovado e consolidado por uma lei. Ainda disse que as propostas pedagógicas formuladas pelos (as) professores (as) devem contemplar toda cultura e religiosidades existentes no país, porém mesmo que não haja a sua efetivação em grande escala, a aprovação da lei já foi um grande passo conquistado. Ele ainda afirmou que alguns dos gestores contribuem para o trabalho com a temática, sobretudo, oferecendo ao professor (a) o que a escola possui de material didático (quando tem), do contrário fica a critério do (a) professor (a) procurar este material. Disse que sempre busca, dentro das possibilidades existentes, inserir de forma contínua os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nas suas práticas, uma vez que a escola em questão é um quilombo (o décimo terceiro do país) e isso garante aos mediadores diversas possibilidades, ou seja, janelas são abertas para que se trabalhem tais conteúdos.

Essa afirmação dialoga com o que Candau, Anhorn (2000) e Lopes (2006) apontam quando afirmam que esses compromissos variam de posição quanto a essas evidências, algumas vezes investidas por professores, outras pelos coordenadores e até mesmo pelos alunos e é esse compromisso que se busca, mas nada como a aliança entre todos esses membros (professores e gestores das Escolas), visto que esse “movimento” se fortalecerá e intensificará o exercício determinado pelo intuito da Lei.

Em um caso mais particular o professor afirma que trabalha na sua prática em sala de aula conteúdos relacionados à História e Cultura afro-brasileira e africana, gradativamente, porém, independentemente de encontros pedagógicos ou da própria direção da escola exigir, pois considera fundamental o ensino de todas as culturas e religiosidades. Para isso, recorre aos livros paradidáticos, textos reflexivos, contos e iconografias com personagens negros, utilizam também as rodas de conversas e aulas expositivas dialogadas a partir de alguns filmes, vídeos e relatos que trabalham a temática. Tudo isso é feito durante todo o ano letivo, pois a escola é quilombola, não se limita as datas comemorativas; essas servem apenas de culminância para as ações e projetos desenvolvidos pela escola e comunidade. Acerca dessa perspectiva de trabalho da escola e comunidade, Luz (2006) aponta que dessa maneira o professor leva ao aluno a informação, mostrando respeito e às suas verdadeiras raízes, aproximando esses alunos de uma realidade “desconhecida” e que não é debatida com frequência (algo que deveria ser de costume). Sobre essa questão Conceição (2006) afirma que esta atitude demonstra uma preocupação com o geral e para com todos, ou seja, a didática para os alunos e a posição do professor como um indivíduo educador, sendo assim ambos os lados são beneficiados com esses métodos.

O professor ainda afirmou que a escola possui o Projeto Político Pedagógico (PPP) e que este contempla os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e que seria inadmissível uma escola quilombola não contemplar essa temática, porém, disse que não é o PPP que vai fazer o professor trabalhar os exercícios constituintes em uma metodologia para uma educação das relações étnico-raciais. Essa perspectiva ainda está muito relacionada a uma condição de conscientização da secretaria de educação, da direção da escola e dos próprios professores, mas que, com o que já se trabalha pode-se sim ver pequenas mudanças de comportamento e atitudes entre os alunos, principalmente os da 1ª fase (fundamental I). Estes tem se demonstrado mais sociáveis e mais tranquilos com relação as suas identidades étnicas.

Nesse sentido reforçou que a escola faz parte de uma comunidade quilombola já bem resolvida em alguns aspectos e que diante disso, entende que seu trabalho é importante para que os educandos aprendam sobre seus direitos e deveres como quilombolas. Para isso, busca empregar todos os conteúdos possíveis e cabíveis de acordo com as faixas etárias e que estão ao seu dispor, mas prioriza o básico, ou seja, a conscientização dos direitos dos cidadãos dessa comunidade perante as leis.

Exemplificou afirmando que no dia 8 de março trabalhou com um texto reflexivo, e fez rodas de conversas, sobre a importância da mulher negra na sociedade brasileira e ressaltou seus direitos enquanto mulher. Ainda ressaltou as musicalidades da comunidade, afirmou que em sala de aula trabalha os diversos ritmos, culturas e manifestações relacionadas ao povo negro, e a comunidade. Entretanto, disse que a

escola deixa a desejar quanto à interação da comunidade com outras comunidades quilombolas. Pois os alunos nunca saíram da escola para conhecer outras comunidades quilombolas. Ressaltou que essa questão não depende só do (a) professor (a), para sua realização exigem-se vários outros requisitos, mas trabalha da maneira que dá para atuar e é possível. Por fim ele afirmou que não conhece nenhum projeto desenvolvido no coletivo da escola com relação à temática étnico-racial.

Esse professor expressou o que Luz (2006) constatou na sua pesquisa: as práticas que captam a identidade social dos indivíduos e incentivam o movimento negro, envolvendo-os em práticas multiculturais são deixadas também de lado, o que faz com que prevaleça a tão conhecida “educação bancária”. Uma prática que busca tornar a escola um ambiente de convivência igualitária e consciência respeitosa, tanto em relação aos alunos como à própria instituição, isso de acordo com Conceição (2006) ainda é raro.

O outro professor que respondeu ao questionário é formado em Letras e ensina Português no ensino fundamental II (6º ano ao 9º ano), exerce a função de educador há oito anos. Ele afirmou que, ao contrário de muitos colegas que participaram do curso de formação continuada sobre história e cultura afro-brasileira e africana, ele não participou do curso de formação em 2010 por conta da sua incompatibilidade de horários, mas ainda sim trabalha com a história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula. Para tanto, recorre as aulas expositivas e leitura de contos africanos. A perspectiva e a conscientização e a formação dos alunos (as) a partir da história do povo brasileiro. Aborda esse conteúdo de forma consciente de modo que a história e a cultura da comunidade sejam valorizadas.

Para esse professor, os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana determinados pela Lei 10.639/003, são de grande relevância, pois fazem parte de nossa história e na sua opinião o que impede a aplicação dessa temática no currículo escolar são algumas vezes a falta de formação do (a) professor (a) e também de material didático de apoio. Essa afirmação confirma o que Conceição (2006) na sua pesquisa constatou quando se refere a aplicação dos conteúdos demandados pela lei 10.639/03 na sala de aula: há muitos problemas como a formação dos professores, estes, relatam o desconhecimento desses conteúdos por isso a falta de ação em sala de aula.

O professor continuou a dizer que os gestores da escola podem colaborar com a atuação deles em sala de aula, para isso é necessário fazer reuniões, participar e promover eventos na escola, assim como e incentivar professores (as) nos seus trabalhos em sala de aula, de modo a que eles (as) ponham em prática a história e a cultura afro-brasileira de acordo com a realidade dos alunos. Ou seja, que nas práticas em sala de aula trabalhem nas suas metodologias com leituras, música, dança desenhos, gibis, livros de História da África, literatura africana, jogos, cd's, etc., trabalhando em especial nas datas comemorativas, mas sempre na perspectiva de abordar a temática por essa escola ser uma escola quilombola.

Ele ainda disse que o PPP da escola foi iniciado com o objetivo de abordar os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, mas este ainda não foi concluído. Todavia, em projetos “a parte” que auxiliam a escola, a temática foi desenvolvida, recentemente foi executado na escola o projeto gira-contos, relatou o

professor. Esse projeto foi desenvolvido por profissionais de fora da escola, mas afirmou também que não esteve a par da discussão porque o projeto foi desenvolvido com alunos (as) na primeira fase do fundamental e ele na época estava em outra escola. Entretanto, diante das atuações, investimentos e abordagens que cercam o ambiente escolar ele alegou perceber que os (as) alunos (as) se conscientizam de sua história e sentem-se mais valorizados. Por isso, ele busca abordar nos trabalhos com as temáticas étnico-raciais a valorização e a importância do negro na formação do povo brasileiro e juntamente a isso vêm às apresentações da comunidade (que é quilombola) na escola, em dias festivos ou a recepção a convidados, ou nas ocasiões em que comunidades visitam Caiana dos Crioulos.

Em suma, esse é um exemplo do que diz Luz (2006) quando mostra-nos que a busca pela igualdade racial não é para apenas um, mas sim para um “grupo”, pois vemos aí a influência não só por parte da escola, mas também por parte da comunidade, de modo a levar e a penetrar nas novas gerações com as suas raízes para manter viva a sua identidade cultural sociológica. Complementando essa afirmação Santana (2006) explicita a amplitude de oportunidades e consciência cidadã para com a diversidade em ambos os sentidos sociais, conduzindo assim à busca pelo respeito do próximo ou consigo mesmo através do conhecimento do processo histórico-cultural da pertença brasileiro-africana.

Todo o trabalho elaborado seja em pesquisa, conteúdos e debates são baseados na aprovação da Lei 10.639/003 e através dos textos estudados fizemos uma análise para assim associarmos com o que de essencial à temática possui e identificarmos nas práticas de professores (as) tal essência.

Podemos dizer que os fatores expostos nos conteúdos teóricos são comuns nas práticas dos (as) professores (as), fatores esses que são tanto participativos e eloquentes à temática como há também os que não contribuem na realização de práticas pedagógicas, ambos vindos das diferentes partes constituintes do ambiente escolar, ou seja, não se cumpre a lei 10.639/003 uniformemente como discutem Gomes e Jesus (2013) e Candau e Anhorn (2000) quando afirmam que as atitudes apontadas pela Lei 10.639/03 não são tão trabalhadas como deveriam ser, estão sim incluídas nas políticas escolares, mas na maioria das vezes não são levadas a prumo por diversos motivos, visto que, são assuntos de real importância para a cognição e reflexão dos alunos (as). Acerca dessa questão Luz (2006) ressalta esses pontos como sendo a identidade social de descendência e tradições africanas que estão presentes no nosso cotidiano. Enquanto Santana (2006) aponta que os conteúdos antropológicos das culturas africanas devem ser consignados tanto ao percurso da história africana quanto no percurso da formação do professor como propostas que vão em contraposição à visão dita eurocêntrica com suas conceituações de “conquista” europeia. Só assim serão vencidas as barreiras da privação e das diferenças culturais e se desenvolva nos (as) alunos (as) (não apenas nos negros) e de maneira social e democrática o envolvimento dos participantes (de ambos os lados, alunos ou professores) e de modo integral o convívio com a história e cultura afro-brasileira e africana, independentemente de idade, ou seja, com corpo, mente e emoção como perpassa Lopes (2006), quando afirmou: para que haja uma socialização dos saberes para o bem estar de uma sociedade diversificada em diversos âmbitos é

preferencialmente que seja praticado por uma grande maioria ou um grande apoio/grande grupo, pois assim haverá a ampliação desejada para a efetividade do processo que deve envolver os grupos e suas consciências humanitárias.

Em suma, o trabalho com a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem o intuito de despertar aos sujeitos participantes de uma sociedade a importância e o peso da participação e influência dos africanos na coletividade em que vivemos, bem como as diversas heranças que trazemos ao longo dos tempos, principalmente a étnico-racial, conceituando e conduzindo também as atitudes pertinentes de sujeitos socialmente ativos, seja ele professor ou aluno, o importante é saber lidar diante das diferenças raciais (ou qualquer outra). Nesse sentido está a importância do professor como mediador dessa temática, posto que é na escola que estão sendo formados cidadãos e as posições tomadas ali por estes mediadores ficarão impressas nos educandos, logo esta deve ser a melhor possível. Além de se conhecer deve-se praticar a posição de sujeitos éticos e democráticos e acima de tudo pertencentes a esse meio diversificado sem o receio de negar suas origens e sempre na busca de direitos iguais.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria; ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. **A questão didática e a perspectiva multicultural**: uma articulação necessária. PUC-Rio. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG. 24-28 set. 2000.

CONCEIÇÃO, Regina. Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira. **As relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira na educação infantil**. Salto para o futuro. Rio de Janeiro. 2006.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003**: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. UFPR, 2013.

LOPES, Véra Neusa. Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira. **Diversidade étnico-racial no currículo escolar do Ensino Fundamental**. Salto para o futuro. Rio de Janeiro. 2006.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira. **História e cultura afro-brasileira e africana**. África viva e transcendente! Salto para o futuro. Rio de Janeiro. 2006.

MELLO, André da Silva. A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal. In: **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**. As ciências sociais e a história da educação física, esporte, lazer e dança. Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.

SANTANA, Marise de. Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira. **O legado ancestral africano na diáspora e a formação docente**. Salto para o futuro. Rio de Janeiro. 2006.

